



# Anais da Assembléia

N 14

CURITIBA TERÇA-FEIRA, EM 17 DE MARÇO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretário - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado Valdir Razzoni
PFL .....	Deputado Plauto Miró
PTB .....	Deputado Ademar Traiano
PMDB .....	Deputado Orlando Pessuti
PPB .....	Deputado Augustinho Zucchi
PT .....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT .....	Deputado Edgar Bueno
PL .....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN .....	Deputado Emerson Nerone
PSDB .....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartório - Hidekazu Takayama - Jíllo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albonar Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Razzoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Figueira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17.03.98**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Élio Rusch e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romaneli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Albasor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duilio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hideo Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmir Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofícios:**

Ofício nº 111/98

Curitiba, 17 de março de 1998.  
Senhor Presidente.

Pelo, presente, venho comunicar Vossa Excelência, que na data de hoje, estou reassumindo minha cadeira de Deputado Estadual, nesta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) NELSON JUSTUS

OF. Nº 076/98

Curitiba, 18 de março de 1998.  
Senhor Presidente.

Venho através do presente, comunicar a Vossa Excelência, que estou reassumindo o cargo de Deputado Estadual, a partir da data de 10 de março de 1998, do qual estava afastado por motivo de tratamento de saúde.

Aproveito para apresentar a Vossa Excelência, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) MILTINHO PUPPIO

Curitiba, 16 de março de 1998.  
Senhor Presidente.

Vimos pelo presente, solicitar o uso do Plenário desta Casa no dia 19/03, quinta-feira, a partir das 17:00 horas, para realização de debate com o candidato a Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Este encontro é destinado aos militantes do Partido dos Trabalhadores, sindicalistas e integrantes do MST.

Certos de sermos atendidos na solicitação, agradecemos antecipadamente.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) PÉRICLES MELLO

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 049/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná**

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dr. Bayard Osna - EPG, com sede e foro na Cidade de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Pais e Mestres da Escola Dr. Bayard Osna - EPG, que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada pelos professores, pais e alunos da escola mencionada, no dia 15/05/95, e registrada sob nº 18842, em 19/01/96, Cartório de Registro de Títulos e Documentos, da Comarca de Fazenda Rio Grande, tendo por objetivos, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração da família-escola-comunidade,, mediante ação integrada com os demais segmentos da sociedade. A associação está inscrita no CGC/ME sob nº 01.011.195/0001-38, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A associação em epígrafe, além de desenvolver seus objetivos, também coopera com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, no desenvolvimento de programas de interesse comunitário, especialmente aqueles voltados às áreas da assistência social, da educação, da cultura, do esporte e do lazer.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em apreço, além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, razões que me levam a propor, que a entidade em pauta, seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 050/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os estabelecimentos comerciais, profissionais liberais ou qualquer pessoa que aplique tatuagem permanente, ainda que a título não oneroso, ficam proibidos de realizar tal procedimento em menores de 18 anos de idade, sem autorização por escrito dos pais ou responsáveis.

Art. 2º - Passa a ser obrigatório, a todos os aplicadores de tatuagem permanente, a utilização dos seguintes aparelhos: autoclave para esterilização dos instrumentos a serem utilizados; estufa para mantê-los esterilizados e ultra-som para a retirada de resíduos daqueles.

Art. 3º - O não cumprimento do disposto nos artigos anteriores, acarretará em penalidades que serão de

multas a, fechamento do estabelecimento.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 120 dias, a partir de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei que ora submetemos à apreciação de Vossas Excelências, objetiva garantir a proteção de crianças e adolescentes, bem como a todos a que se submetem à aplicação de tatuagem permanente, haja vista o seu caráter irreversível, e o risco de transmissão de doenças infecto-contagiosas, inclusive a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS.

A presente medida favorecerá também os bons e responsáveis profissionais da área, possibilitando a estes, através de suas associações de classe, clubes e demais entidades, o controle do exercício de suas atividades.

Pelos motivos acima expostos, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis, para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 051/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Amaporá o imóvel com área de 70,70 (setenta hectares e setenta ares), situado no imóvel designado Sede Amaporá - ex-Patrimônio Juazeira, da Colônia Paranavai, Município de Amaporá, anteriormente destinado pela Lei nº 8919, de 26 de dezembro de 1988, para implantação de Plano Especial de Colonização, na forma de concessão de uso.

Art. 2º - O imóvel que se refere o art. 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Amaporá, para implantação de uma Vila Rural, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que por ventura venham ser edificadas, ao patri-

mônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos.

§ 1º - O Município de Amaporã doará o imóvel acima em parcelas de 12.000 (doze mil) metros quadrados para cada beneficiário, com cláusula de inalienabilidade, pelo prazo de 10 (dez) anos.

§ 2º - As doações de que trata o § 1º deste artigo, serão condicionados aos critérios de seleção ditados pela COHAPAR, para as devidas aprovações dos processos administrativos que determinem as doações.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e especialmente o Art. 13 da Lei 8249, de 13 de janeiro de 1986.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) MILTINHO PUPPIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Amaporã e região, necessita, de forma emergencial, de fonte de trabalho para seus munícipes. Sendo assim, a implantação de uma Vila Rural poderá, sem dúvida, proporcionar grandes benefícios para a comunidade.

O Município de Amaporã, está localizado na Região Noroeste do Estado do Paraná. Seu solo é característico do arenito Caiuá, é arenoso, e desenvolve diversas culturas agropecuárias.

O município possui o maior índice de desemprego, ou seja, 80% de sua população é composta de bóias-frias, "trabalhadores rurais desempregados", que dependem de diárias no trabalho rural para seu sustento. Com o projeto que o atual prefeito pretende implantar na área ora pleiteada por este projeto de lei, viabilizará a implantação de 60 famílias na Vila Rural, explorando a avicultura, especialmente engorda de frango. É viável o presente projeto, em virtude de estar esta área a pouco mais de 20 km da Avícola Fris-Frango, com capacidade de abate muito superior à oferta atual.

O referido pleito criará mais de 200 empregos diretos e indiretos, amenizando a atual situação do referido município.

É por esses motivos que solicito aos srs. alcaides desta colenda Casa de Leis, para que aprovem o projeto ora apresentado, e assim a agenda estará cumprindo os seus deveres de compromisso, para o povo do Estado do Paraná, e em particular aos desempregados da Cidade de Amaporã e região.

Certos de podermos contar com a presteza que é peculiar a esta Casa de Leis, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos votos de alta estima e consideração.

#### PROJETO DE LEI Nº 052/98

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. José Florêncio da Silva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

O título de Cidadão Honorário do Paraná, que ora proponho seja concedido ao Sr. José Florêncio da Silva, atende o disposto na Lei 5638/67, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 14/09/67.

O Sr. José Florêncio da Silva, é natural de Garambuns, Estado de Pernambuco, nascido em 02/03/39, filho de Manoel Florêncio da Silva e Adélia Amara da Silva, casado com a Sra. Ana Damasceno da Silva, com que teve 4 filhas: Josué Florêncio da Silva, Ruti Florêncio da Silva, Josias Florêncio da Silva e Joel Florêncio da Silva.

O Sr. José Florêncio da Silva, que em 12/06/78 foi ordenado Ministro Evangélico, pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Estado do Paraná, presidiu diversas igrejas no Estado do Paraná, durante vários anos, também é presidente da Comissão de Assuntos Políticos, junto ao Hospital Evangélico, há mais de 8 anos, foi presidente da Associação dos Ministros Evangélicos do Brasil, por 2 anos, faz parte, como membro suplente do Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba, é diretor administrativo da Confederação Evangélica de Assistência Social do Paraná "Lar Esperança", há 13 anos, é vice-presidente da Associação das Entidades Sociais e, administrador do Albergue mantido pela Fundação de Ação Social de Curitiba - FAS.

O Pastor José Florêncio da Silva, é reconhecido e respeitado na comunidade em que vive, pelas relevantes trabalhos que desenvolve em prol da coletividade, não só de orientação espiritual, mas também pelos projetos

que realiza na área social, cultural e educacional, desenvolvendo atividades diversas de apoio e orientação a pessoas e famílias carentes, procurando integrá-las à comunidade, oferecendo-lhes melhores condições de vida, tornando-se assim, um líder não só no campo espiritual, como também na área da assistência social, especialmente, pois vem demonstrando ser possuidor de alto espírito de solidariedade humana, em todos os segmentos que atua, independente de credo, cultura, raça ou cor. Por esses méritos, é que proponho a concessão do título de Cidadão Honorário de nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 053/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. José Polini.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O título de Cidadão Honorário do Paraná, que ora proponho seja concedido ao Sr. José Polini, atende o disposto na Lei 5638/67, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 14/09/67.

O Sr. José Polini é natural de Novo Horizonte, Estado de São Paulo, nascido em 19/03/40, filho de Romulo Polini e Tereza Vivone, casado com a Sra. Maria de Lourdes Araújo Polini, com quem teve 3 filhos: Enéas Polini, Eliel Polini e Elizane Polini.

O Sr. José Polini que em 09/06/72 foi ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, presidiu as igrejas de Foz do Iguaçu e Ponta Grossa, onde preside atualmente, também exerceu outras funções ligadas à convenção, onde por duas vezes foi vice-presidente, foi presidente do Departamento da União da Mocidade das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Paraná, por 4 anos, diretor do Departamento de Missões durante 4 anos, entre outras inúmeras atividades desenvolvidas junto às áreas de assistência social, cultural e educacional da igreja.

O Pastor José Polini é reconhecido na comunidade em que vive, pelos relevantes trabalhos que desenvolve em prol da coletividade, não só de orientação espiritual, mas também pelos projetos que realiza na área social, cultural e educacional, desenvolvendo atividades diversas de apoio e orientação a pessoas e famílias carentes, procurando integrá-las à comunidade, oferecendo-lhes melhores condições de vida, tornando-se assim, um líder espiritual, para toda região, independente de credo, cultura, raça ou cor. Por esses méritos, é que proponho a concessão do título de Cidadão Honorário de nosso Estado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 294

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais (art. 129 e seguintes do Regimento Interno), REQUER à Mesa, após oitiva do douto e soberano Plenário, a tramitação em Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 45/98, que denomina a Vila Rural de Mandiocaba, no Município de Paranavai, como "Vila Rural Vereador José Dolvino Garcia", de minha autoria.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) WALNOR TRENTINI

REQUERIMENTO Nº 296

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem através deste expor e REQUERER o que segue:

I - No dia 14 de março de 1998, em discurso proferido na reunião do PMDB, na Cidade de Cambé/PR, nas dependências do Salão Comunitário do Bairro Cambé II, o requerido Deputado Luiz Cláudio Romanelli, atuando com "animus difamandi", no franco propósito de incutir ressentimento na opinião pública, assacou expressões difamatórias contra o requerente, ao imputar que viu o mesmo fazendo "strepit base", além do que, após sujeitar-se às exigências do Governador Jaime Lerner, além de entregar o corpo, entregou a alma também.

II - Não obstante, o requerido, ainda no propósito certo e determinado de denegrir o requerente, afirmou "que o mesmo mudou de classe social e subiu na vida, pois só uma o terço importado

de tecido italiano, cabelo engomado, gravata bonita e que está com muito dinheiro, tornando-se vencedor graças à maracutaias desse Governo".

III - Assim agindo, e por estar demonstrando o propósito claro de ofender e denegrir a reputação alheia, o requerido infringiu o disposto no § 1º do art. 239 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, razão por que se oferece a presente representação, requerendo-se seja a mesma recebida por esta Presidência, citando o requerido para que possa exercer o contraditório, e após a regular instrução, seja o mesmo considerado culpado e condenado a responder às sanções previstas neste Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 278

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, aos Srs. Francisco Boeira e Jair Doniak, sócios-proprietários da empresa Recuperadora de Equipamentos Hidráulicos Boeira Ltda., pelos relevantes serviços prestados à comunidade do bairro do Portão e adjacências e pelo excelente atendimento prestado aos seus clientes e amigos.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) CÉSAR SELENE

#### JUSTIFICATIVA:

A Recuperadora de Equipamentos Hidráulicos Boeira Ltda., vem há mais de 25 anos trabalhando no mercado de equipamentos e ferramentas hidráulicas, atendendo com carinho e esmero aos seus clientes e amigos do bairro do Portão e adjacências.

#### REQUERIMENTO Nº 279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Sr. José Alves Gomes, proprietário do Bar e Lanchonete Bola Sete, no bairro do Portão, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do bairro e de toda a região metropolitana.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) CÉSAR SELENE

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. José Alves Gomes, proprietário do Bar e Lanchonete Bola Sete, vem há vários anos atendendo aos seus clientes e amigos com a maior dedicação e esmero, propiciando-lhes bons momentos de lazer em seu estabelecimento comercial há mais de 60 anos.

#### REQUERIMENTO Nº 280

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Sr. José Diniewicz, extensivos aos demais membros da Diretoria e funcionários da APAE de Irati, pela excelente acolhida às delegacias e participantes do Encontro Estadual das APAEs, ocorrido naquela cidade, nos dias 06 e 07 de março do corrente ano.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) CÉSAR SELENE

#### JUSTIFICATIVA:

A delegacia regional de Irati, juntamente com a diretoria da APAE da mesma cidade, nas pessoas do delegado José Diniewicz, do presidente Paulo Roberto Constantino, propiciaram uma excelente acolhida aos demais delegados e participantes do Encontro Estadual da Federação Estadual das APAEs, sempre assessorados pelos abnegados funcionários daquelas entidades, que não mediram esforços para o total êxito.

#### REQUERIMENTO Nº 281

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de Irati, na pessoa do seu presidente, Sr. Paulo Roberto Constantino, extensivos aos professores, funcionários e alunos, pelos 30 anos de trabalhos em prol dos portadores de deficiência.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) CÉSAR SELENE

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de

Irati, fundada no dia 15 de março de 1967, tendo como seu primeiro presidente o Sr. José Duda Júnior, vem com muita dedicação e carinho desempenhando um excelente trabalho no atendimento aos alunos portadores de deficiência daquele município, nestes 30 anos de existência, com presidentes arrojados, professores e funcionários dedicados ao bem estar de seus alunos.

## REQUERIMENTO Nº 291

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de louvor, ao Sr. Adolar Lagos, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

## JUSTIFICATIVA:

O Sr. Adolar Lagos, para o qual proponho voto de louvor, é natural de Sengés, nascido em 12/03/25, casado com a Sra. Malvina Santos Lagos, Ministro Evangélico, ordenado pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 12/05/67.

O Pastor Adolar Lagos, que há 31 anos é Ministro Evangélico, pastoreou diversas igrejas no Estado do Paraná, tais como: Irati, Ivaiporã, Iporã, Centenário do Sul, Bandeirantes, Assis Chateaubriand e Palmeira, onde preside atualmente. Além das atividades eclesásticas, Pastor Adolar, também dedicou sua vida organizando e presidindo diversas instituições de caráter assistencial, educacional e cultural, inclusive participou na organização da Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras da Cidade de Irati.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor Adolar Lagos, reconhecendo também que o homenageado é portador de alto espírito de solidariedade humana, é o que me levou a propor o presente voto de louvor.

## REQUERIMENTO Nº 292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos

Anais da Sessão de hoje, voto de louvor ao Sr. Dr. Álvaro Henrique Pansini Gonçalves, pelos relevantes serviços prestados à coletividade, há mais de 10 anos.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

## JUSTIFICATIVA:

O Dr. Álvaro Henrique Pansini Gonçalves, para o qual proponho voto de louvor, é natural de Curitiba, nascido em 15/01/58, residente e domiciliado nesta Capital, solteiro, formado em Medicina, é filho do Sr. Ângelo Bento Schultz Gonçalves e da Sra. Wanda Pansini Gonçalves.

O Dr. Álvaro, que presta relevantes serviços à coletividade por mais de 10 anos, especialmente pessoas menos favorecidas, oferecendo-lhes seu trabalho profissional, em vários bairros desta capital, bem como em diversos municípios de nosso Estado, demonstrando, com essa atitude, ser possuidor de alto espírito de solidariedade humana, tratando assim, seu semelhante, como a si mesmo.

Pelo exposto é que proponho, seja concedido voto de louvor ao homenageado.

## REQUERIMENTO Nº 293

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de louvor ao Sr. Sebastião Pereira da Silva, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Outrossim, requer também que seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

## JUSTIFICATIVA:

O Sr. Sebastião Pereira da Silva, para o qual proponho voto de louvor, é natural de Taupé, Estado da Bahia, nascido em 15/01/27, casado com a Sra. Matilde da Graça Silva, Ministro Evangélico, ordenado pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 14/02/85.

O Pastor Sebastião Pereira da Silva, que há 32 anos atua como líder eclesástico junto a Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Curitiba, onde presidiu várias congregações pertencentes à igreja acima citada, além de sua participação ativa, em diversas



instituições de caráter filantrópico, localizadas em nossa Capital.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor Sebastião Pereira da Silva, reconhecendo também que o homenageado é portador de alto espírito de solidariedade humana, é o que me levou a propor o presente voto de louvor.

#### REQUERIMENTO Nº 283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Rubens Abrahão Tanure, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando seja designado um Delegado Especial para acompanhar as investigações de denúncias de possível emissão de Carteiras de Habilitação fraudulentas, pela CIRETRAN de Barracão, no Sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme amplamente divulgado pela imprensa, existem denúncias sobre fraudes na emissão de Carteiras de Habilitação pela CIRETRAN de Barracão, que elevou-se astronômicamente, aproximando-se ao número das emitidas em Curitiba.

Segundo consta, tais fraudes envolvem, além do Paraná, os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo que, este último, teria inclusive formalizado denúncia junto àquela CIRETRAN.

Aliás, ainda de acordo com informações obtidas, o médio responsável pelos exames de saúde e psicotécnico, encontrava-se em férias durante o mês de janeiro do corrente ano, e ainda assim, aprovou cerca de 500 candidatos.

Entendemos tratar-se de uma situação de relevante gravidade, razão pela qual, contamos com o apoio dos nobres Pares na aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 284

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colom-

bo, no sentido de atender o pedido da Sra. Rita Maria Prestes dos Santos, residente à Rua do Butiazeiro, nº 42 - Jardim das Graças, Município de Colombo, a qual pede a troca de lâmpada queimada existente num poste situado entre os nºs 79 e 143 da rua citada acima. À noite o local fica muito escuro e causa apreensão nas pessoas que ali necessitam trafegar.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 285

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Regina Ilolothé, residente à Av. Londres, nº 1136 - Alto da Cruz, a qual pede a colocação de mamilhas em uma valeta localizada nos fundos de sua casa. A erosão está destruindo tudo e pondo em risco o muro e o terreno de sua residência. Providências urgentes necessitam ser tomadas, a fim de sanar o problema.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 295

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ao douto Plenário, que, com base nos ataques injustos desferidos pelo Senador Roberto Requição e na transparência de toda a negociação realizada em ação ajuizada e posteriormente acordo homologado na Justiça e pelo restabelecimento da verdade e da justiça, seja encaminhado expediente ao Banco do Estado do Paraná, para que aquela instituição financeira envie à Assembléia Legislativa do Estado, cópia completa da auditoria realizada na conta corrente do Deputado José Durval Mattos do Amaral e Agropecuária Oásis Ltda., bem como cópias dos laudos de avaliação que lastrearam a dação em pagamento dos imóveis relacionados na Escritura Pública de Dação em Pagamento que segue anexo.

Sala das Sessões, em 17.03.98.

(a) DURVAL AMARAL



O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, dia 17 de março de 1998, mais uma vez ocupo a tribuna desta Casa, para fazer aqui um depoimento e chamar a atenção dos Deputados e também do Governo do Paraná.

Desde a semana passada, estamos acompanhando e tratando dos problemas decorrentes da Usina de Salto Caxias, lá no Oeste e Sudoeste do Estado. Estivemos em conversa com o Governo do Estado aqui e com a COPEL, e por mais que tentássemos estabelecer um contato amistoso, produtivo, infelizmente as coisas esbarraram na insensibilidade daquela pessoas que têm hoje a responsabilidade de governar o Paraná.

Aqui do meu lado direito, estão pessoas trabalhadoras daquela região. Pessoas de Boa Vista da Aparecida, como por exemplo o Sr. Aldo Casagrande, comerciante há 18 anos lá em Boa Vista da Aparecida; o Sr. Atilio Rigatti, comerciante, dono de uma cerealista, há 30 anos residindo em Boa Vista da Aparecida; o Vilmar Madalosso, contador, há 25 anos residindo em Boa Vista da Aparecida; o Sr. Assis Malacarne, há 16 anos.

Tem aqui, também, o pessoal de Cruzeiro do Iguaçu, no Sudoeste do Paraná. O Sr. Afarabi, comerciante há 21 anos e presidente da Associação Comercial; o Sr. Neudir, diretor da Associação Comercial e que reside em Cruzeiro do Iguaçu há 18 anos; o vice-Prefeito, Sr. Paulo Capelesso, que aqui se encontra.

Pessoas de Capitão Leônidas Marques, como Paulo de Oliveira, o Sr. Vadiles, comerciante, há 22 anos residente em Alto Alegre do Iguaçu; o Sr. Aldo, mora lá em Alto Alegre há 23 anos.

Nova Prata do Iguaçu, está aqui o Sr. Somavila, Presidente da Associação Comercial, que há 14 anos reside naquele município; o Sr. Vanderlei Viccile, que há 34 anos reside em Nova Prata do Iguaçu; o Vanderlei Fausti, há 35 anos reside em Nova Prata do Iguaçu.

Aqui está o pessoal de Três Barras do Paraná, o Sr. Carlos Sartori, Presidente da Associação Comercial, há 10 anos morando lá; o Sr. Antonio Sequin, há 24 anos. O Sr. Viana, há 8

anos; o Sr. Ivo Pedroso, há 30 anos residente em Três Barras do Paraná.

São pessoas que escolheram aquela terra, aquela região para viver, para criar a família, para construir a sua história.

E de repente, o Governo do Paraná resolve construir uma barragem, uma usina hidrelétrica para gerar a luz, Deputado Alborghetti, em Curitiba, em Londrina, em São Paulo e no Rio de Janeiro. E esses pais, e essa gente que para lá foi há 30, 40 anos atrás, estão aqui, buscando uma condição de serem ouvidos pelo Governo e pela COPEL, recebem a porta na cara. Não são atendidos.

Pedimos o auxílio ao Deputado Anibal Khury, que ontem estabeleceu uma conversa com o Secretário Chefe da Casa Civil, mas nem a ele o Presidente da COPEL deu atenção. Nem ao secretário da casa Civil, Cândido Manoel Martins de Oliveira.

A situação é grave, a situação merece uma atenção especial do Governo, porque esta população aqui representada, são milhares de pessoas, milhares, Deputado Élio Rusch, que faz política naquela região e que recebeu esta comissão, sabe muito bem disso. A situação está chegando num ponto incontrolável, Deputado Orlando Pessuti, meu líder! A população está revoltada, e o que vir a ocorrer lá na usina, se sangue for derramado lá na usina, na barragem, a culpa será da COPEL e do Governo do Paraná...

Sr. Presidente, utilizo o horário do PMDB.

(Assentimento)

...por tudo que vier a ocorrer lá na Usina de Salto Caxias, porque a população está inconformada e não aguenta mais vir para Curitiba, e aqui ser tratada com falta de respeito e humilhação.

(Aplausos)

Hoje, Sr. Presidente, as lideranças irão voltar para suas casas, tristes, revoltadas, porque não foram sequer ouvidas pela COPEL. Esta empresa que é do povo do Paraná, esta empresa que é nossa, que construímos, que é insensível, que não ouve a população que está contribuindo com a sua vida para a construção de uma barragem, de uma usina.

Pois bem, a culpa vai ser da COPEL e do Governo do Estado, por tudo que ocorrer lá na barragem de Salto

Caxias, e estamos alertando há duas semanas que a coisa é grave, que estão brincando com fogo, que o problema é muito grave, mas infelizmente a nossa voz não encontrou eco. Até disseram ao pessoal: - "olha, se o Deputado Nereu Moura sair, iremos recebê-los". Eu disse: "estou fora!".

Estou fora, porque o que queremos é uma solução. Se é política que vai impedir que vocês recebam a justa indenização e compensação, o Deputado Nereu Moura está fora. Porque o que queremos, é defender os interesses da nossa região. Nem assim, nem assim os trabalhadores do Sudoeste e do Oeste do Paraná receberam um tratamento sequer respeitoso, e quando lá estiveram, Sr. Presidente, na Usina de Salto Caxias, e quando lá foram manifestar o seu descontentamento, foram recebidos pelos cacetetes da polícia, espancados e humilhados, presos. Nem na época da ditadura receberam um tratamento perverso e cruel, como a nossa população recebeu lá em Capitão Leônidas Marques, precisamente na Usina de Salto Caxias.

(Aplausos)

Quero, Sr. Presidente, ao concluir aqui as minhas palavras, dizer que continuaremos dando o respaldo à população. O que queremos é que a COPEL faça, estabeleça conversação com as pessoas que serão impactadas com a construção da Usina de Salto Caxias. Não desistiremos de dar o nosso apoio à população. E não fazemos isso, Sr. Presidente, querendo tirar proveito político, porque aqui nesta tribuna e lá, tem gente do PFL, do PTB, do PDT, do PSDB, tem bem mais gente da oposição do que do lado do PMDB ou do meu lado. A nossa luta é na defesa dos interesses da população que está sendo flagelada ou humilhada, que está sendo desrespeitada pelo Governo do Paraná e para a COPEL.

O Sr. Toti Colaço - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Nereu Moura, me chama a atenção Vossa Excelência, já que não é pela primeira vez que Vossa Excelência usa a tribuna para chamar a atenção do Governo e do Presidente da COPEL, com o episódio já estabelecido há muito tempo com a comunidade e as lideranças que aqui estão representadas.

É importante que a Liderança do Governo possa se ater no que Vossa Excelência acabou de colocar há poucos instantes. Vossa Excelência coloca o fato de o Governo do Estado não receber a comissão, o fato do Presidente da COPEL não acolher esta comissão, e Vossa Excelência coloca aqui, e por certo, se não houver nenhuma intervenção imediata politicamente, haverá um confronto maior entre as partes. Isto é preocupante.

Então, se faz necessário que a Liderança do Governo possa intervir imediatamente.

Na Sessão passada, ouvimos com atenção, quando o nosso Presidente Deputado Anibal Khury, assumia o compromisso de interferir junto à Presidência da COPEL e Governo do Estado, para resolver esse impasse, e o que nos causa espanto neste instante, é quando Vossa Excelência coloca até o próprio chefe da Casa Civil, me parece que fora acionado, e mesmo assim, o Presidente da COPEL não dá ouvidos, não os recebe e subestima a presença dos moradores daquela comunidade.

Meu caro Deputado Nereu Moura, isso é um sinal muito forte de que a COPEL realmente já não é mais do Governo do Estado do Paraná. Mostra-se, pela atitude do Presidente, que a COPEL era uma empresa dos paranaenses, que era uma empresa construída, ao longo da história, por todos os ex-Governadores e pelo povo do Paraná, me parece que já não pertence mais ao poder público. Me parece isso, Deputado Pessuti, e meu caro Nereu, porque não é possível um Presidente de uma empresa estatal não atender o pedido, uma solicitação do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Anibal Khury, não atender à interferência do chefe da Casa Civil.

O que mais se quer? É exatamente fazer o que Vossa Excelência está neste momento fazendo, denunciando esta omissão, esse fechamento das portas à comunidade daquela região e alertando-os pelo mais grave que deverá acontecer. Aqui seremos testemunhas do que Vossa Excelência coloca neste instante.

Conte com o nosso apoio, com a nossa bancada, e acredito, com grande parte dos Deputados de oposição e até alguns da própria situação, porque têm assento e têm interesses políticos naquela região, e não podem deixar Vossa Excelência isolado nesta luta

muito importante que vem tramando há muito tempo.

Meus cumprimentos, e conte conosco.

O SR. NEREU MOURA - Agradeço o aparte do Deputado Toti Colaço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência tem mais um minuto para concluir.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, utilizo o horário do PPB, concedido pelo Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O horário do PPB, concedido pela liderança de Augustinho Zucchi.

O SR. NEREU MOURA - Agradeço ao Deputado Augustinho Zucchi.  
Concedo aparte ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência tem mais seis minutos.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Nereu Moura, tenho sido testemunha nesta Casa, testemunha do esforço que Vossa Excelência tem feito para conduzir, a bom termo, uma indispensável negociação referente àqueles atingidos, também, pela construção da barragem de Salto Caxias.

E quando Vossa Excelência vem à tribuna desta Casa nesta tarde, o faz com a maior justiça. Porque todos nós paranaenses nos cansamos de ver as injustiças que foram cometidas, principalmente na década de 70 e começo da década de 80, quando os regimes autoritários mandavam e desmandavam neste país. E foram a própria construção das usinas hidrelétricas em nosso Estado.

Aí, um novo tempo! Nos acostumamos, a partir do Governo Richa e depois com o Governo Álvaro e do Requião, nos acostumamos a ver governos sensíveis que negociavam, sim, com as comunidades envolvidas, o impacto que significava para estas comunidades a implantação de uma usina hidrelétrica, ou então de uma grande obra de porte. E o que estamos assistindo agora? É o revigoramento da postura autoritária, da intransigência, daqueles que nem querem sentar para discutir o pleito de uma comunidade que, com muita justiça, reivindica por direitos.

Creio que no regime democrático, o mínimo que se pode esperar de um governante e da sua equipe, é o diálogo, é a capacidade de sentar e discutir e ouvir, e até de contra-argumentar, se não considerar justas as reivindicações.

Então creio que devamos nos socorrer, inclusive, como bem disse o Deputado Toti Colaço, as palavras que foram ditas pelo Deputado Anibal Khury acerca de um pronunciamento e de um debate que Vossa Excelência teve, inclusive, com o Líder do Governo nesta Casa, para que possamos revigorar o princípio da discussão.

Creio que Vossa Excelência - com o apoio da Bancada do PMDB, devamos buscar, sim, a Presidência desta Casa, para que possamos reabrir essas negociações. Porque afinal de contas, a causa que Vossa Excelência está defendendo, é uma causa justa. Conta com meu apoio e com a minha solidariedade, e certamente, com os Deputados que são sérios e que representam, aqui, os interesses das comunidades paranaenses, que são, muitas vezes, violentadas em seus direitos. E aqueles que ocupam cargo público, o fazem de forma prepotente e arrogante, desmerecendo e desqualificando as lideranças que lutam por melhores condições de vida.

Parabéns a Vossa Excelência.

O SR. NEREU MOURA - Agradeço o seu aparte, e concluo, Sr. Presidente, mais uma vez, chamando a atenção desta Casa, chamando a atenção dos Srs. Deputados, chamando a atenção do Sr. Presidente. O fato é grave. O Governo está brincando com fogo. A população está revoltada. O sentimento é de revolta. Porque nem sequer o direito de sentar a população está recebendo.

Procuramos o diálogo e a conversa. Procuramos o entendimento. Mas, infelizmente, houve a insensatez e a insensibilidade do Governo do Estado e da COPEL. Daqui para frente, não nos responsabilizamos pelo que vier a ocorrer. Não nos responsabilizamos se houver derramamento de sangue, lá na Usina de Salto Caxias. Se houver bloqueio na construção da barragem. Se a polícia usar as baionetas, os fuzis, os cães, como usou na vez anterior. Não iremos nos responsabilizar, porque aqui, usamos a tribuna desta Assembleia para alertar o Governo.

Procuramos a conversa na COPEL, solicitamos o apoio do Presidente desta Casa, conversamos com o Líder do Governo, procuramos a conversa e o diálogo para resolver o problema. Não conseguimos que a nossa voz tivesse ressonância, e a população volta para casa, e é evidente que não vai ficar de braços cruzados, vai lutar por seus direitos, vai brigar até as últimas consequências, afinal de contas, é uma vida inteira, não são picaretas, não são trambiqueiros, não são mercenários como a COPEL tenta fazer acreditar. São pessoas trabalhadoras, pais e mães de família, que vivem há 30, 40, 50 anos, gerações que escolheram aquele pedaço de chão abençoado por Deus, ninguém imaginava que iria se fazer usinas hidrelétricas lá. Foram os gaúchos que vieram do Rio Grande, os catarinas que vieram de Santa Catarina, os paulistas e os baianos que foram para lá, para colonizar aquela terra.

Ninguém imaginava que um dia o Rio Iguaçu se transformasse num grande lago e inundasse as casas das pessoas, e que tirasse o povo e fechasse o comércio, e que fechasse, enfim, as atividades econômicas que alavancaram e alavancam o progresso da nossa região. Infelizmente a realidade é essa.

Então, quero deixar esta Casa avisada, porque "quem avisa, amigo é". E estamos avisando, porque a população, evidentemente, irá utilizar-se de todos os meios para que a COPEL proceda a indenização e a compensação pelos estragos que causou à população do Sudoeste e Oeste do Paraná.

É esta a nossa voz que está do lado da população atingida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zak) - É com satisfação que a Mesa Executiva anuncia em nosso meio a presença do ilustre Prefeito do vizinho Município de Imbituva, José Pontarolo, acompanhado com alguns de seus assessores, bem como inúmeras lideranças comunitárias aqui presentes e referendadas já na exposição do ilustre Deputado Nereu Moura.

Com a aquiescência do orador inscrito que seria o seguinte, o Deputado Caíto Quintana concede a vez, por deferência do ilustre Deputado Líder do Governo, Deputado Rossoni, logo em seguida o Deputado Caíto Quintana volta ao mesmo assunto.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fazemos uso do Pequeno Expediente, e se necessário for, usaremos o horário da liderança do PTE, para aqui colocar a posição do Governo quanto à questão levantada pelo ilustre Deputado Nereu Moura.

Na semana passada, recebemos uma comissão que representava as pessoas que se diziam prejudicadas pela construção da Usina de Caxias, na qual, no mesmo instante, agendamos uma audiência com o Presidente da COPEL, marcada para a próxima segunda-feira.

No decorrer na semana passada, o Presidente da COPEL e a sua equipe recebeu diversas pressões da região atingida pela Usina de Caxias. Pressões essas que exigiam do Presidente da COPEL uma definição. Porque quando se iniciou a construção da Usina de Caxias, lá foi constituída uma comissão com a denominação GEM - Grupo de Estudos Multidisciplinares.

Este Grupo de Assuntos Multidisciplinares, composto de lideranças da Região Sudoeste, de representantes de sindicatos, de prefeitos, de vereadores, enfim, de toda a sociedade lá organizada.

E esta mesma comissão, que funcionou por 5 anos, exigia do Presidente da COPEL, que qualquer negociação feita por pessoas que se dizem prejudicadas, fossem feitas através desse grupo.

Comuniquei, através da minha assessoria, e me certifiquei disso, de que não teria a reunião ontem, segunda-feira, com o Presidente da COPEL, e que a COPEL restabeleceria novamente um meio de negociação com estas pessoas, que é o GEM - Grupo de Estudos Multidisciplinares.

Ontem, ao receber esse grupo de representantes, comuniquei a esse grupo a decisão das COPEL. A COPEL está com suas portas abertas para prosseguir as negociações, mas da seguinte forma e da seguinte maneira: cada pessoa que se sentir prejudicada, deve recorrer a essa comissão lá no seu município, onde serão feitas as reuniões com a COPEL, com o Prefeito, com os Vereadores e com a Associação Comercial.

Por isso, venho aqui publicamente dizer aos ilustres Parlamentares aqui desta Casa, que continuam as negociações através da COPEL, mas continuam da mesma forma como há 5 anos

foram feitas essas negociações, através do Grupo de Estudos Multidisciplinares. A COPEL fará esse atendimento lá na raiz do problema, no município onde tem o problema, junto ao Prefeito, aos Vereadores e às Associações Comerciais, e esta é a posição da COPEL.

Quando algumas pessoas, ou até dito por Parlamentares que a COPEL não está sendo democrática, que ela não está atendendo as reivindicações e que ela não está fazendo as devidas negociações, quero fazer uso das palavras ditas pelo Deputado Irineu Colombo - Deputado do PT -, na semana passada, quando ele, com todas as letras...

Sr. Presidente, faço uso do horário da Liderança do PTB.

(Assentimento)

Quando o Irineu Colombo, também como Parlamentar desta Casa fazia parte do Grupo de Estudos Multidisciplinares, e ele disse daquela tribuna, que a COPEL não poderia estabelecer um novo canal de negociações, senão estaria jogando fora um grupo que conduziu, da melhor forma possível, as negociações feitas no decorrer desses 5 anos.

Queremos negociar, sim, mas aqui queremos legitimar as ações deste grupo, que é reconhecido pela COPEL para fazer essas negociações.

Como estou aqui, dizendo, usando as palavras do Deputado Irineu Colombo, estou também colocando o posicionamento das pessoas que fazem parte deste grupo, de que não querem, não aceitam que se estabeleça uma nova maneira de se fazer as negociações. Estão abertas as negociações, da mesma forma que estiveram sempre abertas, a partir do início desta obra da Usina de Salto Caxias.

Por isso, que fique claro que o Governo Jaime Lerner determinou à COPEL que permaneça com o mesmo posicionamento do início desta obra, e diga-se de passagem, temos em mãos atas assinadas pelos ilustres Parlamentares Nereu Moura e Irineu Colombo, dizendo que a COPEL teve uma ação democrática correta e que atendeu a todas as reivindicações dentro do que foi estipulado por este grupo.

Por isso, gostaria de ter a compreensão dos ilustres Parlamentares e das pessoas que estão aqui, lá do Sudoeste, que voltassem para os seus municípios e prosseguissem nas negociações, através do grupo que foi lega-

lizada sua ação, no decorrer de 5 anos, porque senão, estaremos aqui correndo o risco que cada cidadão ou setor que se sentir prejudicado queira estabelecer uma nova comissão para negociar com a COPEL, e aí não daremos fim a este problema social.

O que queremos é justiça, mas também não queremos tirar a autoridade de quem contribuiu por 5 anos para a manutenção e o exercício das discussões dos problemas surgidos na questão do impacto social e econômico daquela região.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Valdir Rossoni, sou do interior do Paraná, de Irati, Vossa Excelência é de Bituruna, o Nereu de outras regiões. Fazemos parte de um pedaço da história do Paraná e temos que compreender que no interior, muitas vezes o que acontece dentro de uma comunidade não sabemos, eles têm outra visão, têm, muitas vezes, o entendimento diferente do nosso e até alguns desentendimentos dentro da comunidade.

Acho que essa intransigência do Presidente da COPEL, de não atender esta ou aquela comissão, não cabe mais para os dias atuais. Vivemos num mundo totalmente diferente e gostaria de fazer um apelo a Vossa Excelência, como ex-Prefeito da grande Bituruna, que converse com o Presidente da COPEL, porque acho que pode haver algum problema sério lá dentro...

(Discussão)

O SR. VALDIR ROSSONI - Gostaria de ouvir o Deputado Nereu Moura, porque, me desculpe, Deputado Toti Colaço, Vossa Excelência é um brilhante Parlamentar, mas está fora da situação do problema. O Deputado Nereu Moura, certamente contribuirá para este debate.

O Sr. Nereu Moura - Deputado Valdir Rossoni, não nego que Vossa Excelência se preocupou quando iniciamos a discussão aqui, marcou a audiência com a COPEL, e que infelizmente a COPEL desmarcou a audiência.

O SR. VALDIR ROSSONI - Deputado Nereu Moura, darei todo o tempo necessário para que Vossa Excelência possa fazer uso, mas é importante que se diga aqui que o Presidente da COPEL só voltou atrás porque foi ameaçado por pessoas que faziam parte daquele grupo

desde o início da obra, de ser acionado na justiça por desrespeitar os canais legítimos.

O Sr. Nereu Moura - Tenho em mãos o GEM, documento assinado por nós, e o Projeto de Assentamento da COPEL, que foi modelo para o Paraná e o Brasil, tem a minha assinatura sim. O projeto de assentamento da construção da barragem de Salto Caxias foi modelo e tem a minha assinatura, e acompanhamos todo o processo.

Agora, Deputado Valdir Rossoni, o que ficou para trás foi o comércio, foram os meeiros, os balseiros, os leiteiros, o resto da população. É esse pessoal que está excluído que estamos defendendo hoje, é o comércio de Boa Vista, de Nova Prata, de Três Barras, enfim, de todos os municípios.

E está escrito aqui num regulamento que fizemos, numa reunião que participamos, está escrito aqui: "as instalações comerciais que ficarem próximas ao reservatório e que sofrerem impacto comercial negativo, deverão ser relocadas ou indenizadas pela COPEL". Foi assinado no dia 07 de outubro de 1993, está aqui a minha assinatura e está a assinatura do Deputado Ovídio Constantino, que era Deputado aqui nesta Casa.

Então, Deputado Valdir Rossoni, o que a COPEL hoje tenta dizer que é a Mabesc. Aqui está o pessoal, presidentes de associações, aqui estão os Vereadores das Câmaras Municipais, aqui estão os Sindicatos dos trabalhadores, não existe nenhuma entidade, isso aí é para a COPEL retardar a negociação, e a negociação, a COPEL tentou retardar, porque desde o ano passado tem feito reuniões lá, mas reuniões que não levam absolutamente a nada, está enrolando, esta é que é a verdade. Tanto é, que essa comissão resolveu vir a Curitiba para dizer: "Deputado Valdir Rossoni, nos ajude. Vossa Excelência que já teve uma barragem construída lá em Bituruna, Vossa Excelência que é um Parlamentar desta Casa, nos ajude, marque uma audiência com a COPEL, faça abrir os canais de negociação".

E infelizmente, a COPEL tenta dizer que essa população é uma população marginal, picareta, trambiqueira, que querem levar vantagem, e isto não é verdade.

O SR. VALDIR ROSSONI - Deputado Nereu Moura, quero dizer que essas pa-

lavras usadas por Vossa Excelência não são as palavras usadas por este Deputado, e nem palavras usadas pelos funcionários da COPEL. Quero também dizer a Vossa Excelência que é importante dizer aqui, que essas reivindicações surgiram após a conclusão desta ata que Vossa Excelência está falando. Então, foram problemas surgidos "a posteriori".

Então, é o seguinte: a COPEL, de forma nenhuma, está se negando a negociar com qualquer cidadão que se sinta excluído. Agora, ela não quer tirar a legitimidade do meio de negociação que foi legitimado por 5 anos, e que muitas pessoas declararam que houve um procedimento exemplar para o Brasil.

Então, temos que salvaguardar o trabalho desta entidade, que foi reconhecida por Vossa Excelência, e reconhecida por todos os paranaenses.

Concedo um aparte ao Deputado Nereu Colombo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra está assegurada ao Deputado Rossoni, que concede ao ilustre Parlamentar Irineu Colombo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Queria que Vossa Excelência pudesse, à luz do Regimento, o Deputado orador que ocupa a tribuna, Excelência, permita-me concluir a minha Questão de Ordem, depois Vossa Excelência poderá encaminhar da melhor forma, como sempre encaminha, com muita inteligência, como Vossa Excelência faz.

O Deputado Valdir Rossoni vai à tribuna e faz, na verdade, um debate, um diálogo com o Deputado Nereu Moura. Ele acabou de fazer uma afirmação sobre uma ata que consta termos da indenização que a COPEL disse que não faria.

Então, o que acontece, o Deputado Nereu Moura não pode, Excelência, ter a palavra interrompida pelo orador, única e exclusivamente porque ele fez uma afirmação que exige uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência tem o conhecimento que o orador que ocupa a tribuna, dá a palavra quando deseja e da maneira que ele realmente quer. A palavra está com o orador, e este concedeu o aparte ao ilustre Deputado, e logo em seguida o Deputado Nereu Moura



terá toda a oportunidade de fazer a sua explanação.

A palavra está assegurada ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, quero ressaltar a nossa ação como Parlamentar nesta Casa, de que quando o Deputado Nereu Moura fez uso da tribuna, ouvi com toda a atenção, para poder colocar aqui a posição da COPEL e do Governo.

Gostaria de dizer ao ilustre Deputado Romanelli que é bom e é uma questão de inteligência saber ouvir. E tive esse procedimento quando Vossas Excelências usaram aquela tribuna.

E, Sr. Presidente, gostaria de todas as oportunidades que faço uso daquela tribuna e que é o meu dever, como Líder do Governo, fazer os esclarecimentos e o seu posicionamento, tenho sido interrompido. E para que não perdéssemos a concentração de que queremos falar, nos assegurasse, porque respeito Vossas Excelências quando fazem o uso da tribuna.

Concedo o aparte ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. NEREU MOURA - Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sempre tivemos o máximo de respeito pelo Deputado Valdir Rossoni. Tivemos aqui o comportamento de ouvi-lo, de aceitar a sua posição, embora diferentemente de nós. E por isso, não aceitamos essa repreensão que ele faz à nossa bancada e à minha pessoa.

O SR. VALDIR ROSSONI - Não estou fazendo repreensão. Só estou citando um fato, Sr. Presidente, que continua a acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Suk) - A prerrogativa concedida pela Mesa Executiva é ao orador que ocupa o horário da tribuna, e a palavra está com o ilustre Deputado Irineu Colombo, em aparte que lhe foi concedido pelo orador inscrito.

O Sr. Irineu Colombo - Esclarecerei uma série de fatos, daqui, desta discussão.

O documento levantado pelo Deputado Nereu Moura é correto. Existe, foi assinado, todas as cláusulas foram acordadas numa espécie de protocolo, que seria conduzido durante a disjun-

ção do Grupo de Estudos Multidisciplinares de Salto Caxias. Todas as questões elencadas ali, suas cláusulas, são de interpretação.

Então, voltando à interpretação, se há algum caso de injustiça já colocada pelo movimento, será novamente interpretada à luz dos fatos novos. Não há problema algum.

O Deputado Nereu Moura há de concordar comigo, que o movimento começou com o movimento da MARESC, inclusive, tem um erro conceitual no nome do movimento. Um senhor chamado Malacarne, desde o início começou a cobrar mensalidade, etc. Recebi, ontem, uma denúncia e falei isso para o Sr. Malacarne pessoalmente. Falei que se tem várias dúvidas sobre o seu comportamento. Tenho sérias dúvidas sobre o procedimento correto dessa associação. E que há denúncias, que recebi e continuo recebendo, por exemplo, áreas de remanescentes foram ocupadas, exatamente com a intenção de agora encaixar nos critérios, que assinamos o protocolo - não pessoalmente, mas acabei avalizando o processo seguinte.

À luz da reinterpretação das cláusulas, iremos ver, por exemplo, se tem uma área que já foi indenizada pela COPEL, estão realizando ali uma benfeitoria, reivindicando novamente indenização, é evidente que não vai parar.

O processo foi absolutamente transparente. As associações comerciais estão alegando que os que querem participar do processo, é bem verdade que não participam com toda a ênfase necessária, mas alguns participaram.

Estamos levantando as atas dos presidentes das associações comerciais que participaram com várias delegações. E a cláusula, por exemplo, que o Deputado levanta, dos comerciantes à beira do lago, 1500 metros, todos foram indenizados. Todos.

Agora, a palavra próximo, o que é próximo? 1500 metros, 500 metros? Na época do GEM, quando participei do movimento, apareceu com 3000 metros, a COPEL com 500 metros, discutiu-se, discutiu-se, chegou-se a 1500. Então, a questão é de interpretação.

Por outro lado, toda questão de indenização tem que passar pelo GEM, por conta dessa reinterpretação...

O SR. NEREU MOURA - Pela Ordem, Sr. Presidente...



O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Sr. Presidente, o Deputado Nereu Moura está pedindo Pela Ordem...

(Tumulto. Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Luk) - A palavra continua com o ilustre Deputado Irineu Colombo, e logo em seguida concederei a Vossa Excelência, Deputado Rossoni tem mais um minuto para concluir seu assunto na tribuna.

A Mesa está sendo complacente. Não existe Questão de Ordem a ser verificada neste instante, Deputado Nereu Moura.

A palavra está assegurada ao Deputado Valdir Rossoni, com o aparte do Deputado Irineu Colombo.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, faço uso do horário cedido pelo PFL, para que possa concluir o meu pronunciamento.

O Sr. Irineu Colombo - Sr. Presidente, sou um Deputado extremamente coerente, e pela coerência sou capaz de perder inclusive votos na eleição, mas pago o preço pela coerência!

Fui eu que, desta tribuna, chamei alguns que estavam neste movimento de picaretas, reafirmo a minha disposição de novamente chamá-los! Porque pago o preço pela minha coerência! Porque naquela ocasião o GEM funcionava como um filtro para evitar a picaretagem, e aí falamos que este filtro tem que continuar!

Queremos admitir, e já falei para o movimento, admito o pessoal da associação comercial com seus quesitos, com as suas reivindicações, mas passe pelo GEM, sob pena de o documento assinado pelos Deputados estaduais ter nenhum valor, porque aí não é mais pelo GEM, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tem que passar pelo GEM!

A COPEL está sendo inquirida por este Deputado, por mais que os senhores queiram dizer que não estou do lado desse povo, a COPEL está sendo inquirida por este Deputado. Fui ontem à tarde, lá negociar com o pessoal de Salto Segredo. E vamos negociar com a COPEL, com este povo que está aí, menos com a MABESC e o Sr. Malacarne, porque tem fortes suspeitas de rolo naquela região! Na semana que vem, trago os documentos para provar isso!

O SR. VALDIR ROSSONI - Acredito, Sr. Presidente, que após o posicionamento do Deputado Irineu Colombo, nada mais resta a esclarecer aqui desta tribuna.

Fica aqui, novamente ressaltado, está aberto o canal de negociações através daquele canal legítimo, que tem a sua legitimidade ao decorrer de 5 anos de serviços prestados à comunidade lá do Sudoeste.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Serei breve. Creio que o Deputado Nereu Moura, esta comissão representativa que aqui está, nada mais quer do que poder sentar numa mesa e negociar. Creio que esta causa que eles estão defendendo é justa e nós parece justa. Temos que sentar a dialogar.

Não posso sentar, Excelência, como fez aqui o Deputado Colombo, agiu como juiz, fez juízo de valor, julgou, sentenciou que eram picaretas, que estavam defendendo uma negociação, Excelência. Não é possível isso.

O que o Deputado Nereu Moura quer é negociar, Excelência, só isso.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, estou fazendo uso da Liderança do PFL, agradeço os Deputados Elío Rusch e Flauto Miró Guimarães.

Acredito, Srs. Deputados, que está clara a posição. As negociações estão abertas. Não interessa aonde. O que interessa, é que não podemos tirar a legitimidade do grupo de foi estabelecido há 5 anos atrás, desde o início dos trabalhos. É só esta a questão.

Gostaria de fazer o último questionamento, sobre uma matéria que vem aqui no jornal - e gostaria de ter os ouvidos do Deputado Romanelli.

Deputado Romanelli, pelo respeito que tenho a Vossa Excelência, primeiro quero cumprimentá-lo pelo aniversário do seu filho, que está completando 1 ano hoje.

A Bancada do PTB ficou magoada com Vossa Excelência, pelas declarações que fez ao Jornal do Estado. Ontem, Vossa Excelência sabe muito bem que fomos à Brasília, no final da tarde, ter uma conversa com o Presidente Nacional do PTB. E como diversos Deputados queriam voltar ainda ontem, por compromissos, como é o caso do Deputado

do Ricardo Chab, Carlos Simões, por terem programas de rádio.

Gostaria de fazer um esclarecimento a Vossa Excelência. Sei que o senhor é um Deputado coerente, não é um Deputado leviano.

Vossa Excelência diz, aqui no jornal, que usamos o avião do Governo. Quero acreditar que isso não seja verdade, mas gostaria de esclarecer a Vossa Excelência, que lamentavelmente tivemos que fazer, como diz o caboclo, uma "vaquinha", para pagar o avião que nos conduziu à Brasília.

Então, quero acreditar que não foi um posicionamento de Vossa Excelência, porque acredito que Vossa Excelência jamais julgaria a Bancada do PTB, sem ter conhecimento dos fatos.

Deixo aqui o nosso descontentamento, para que Vossa Excelência mantenha o seu posicionamento, até pela liberdade que temos. Porque Vossa Excelência sabe que a Bancada do PTB é uma bancada séria, lutadora pelos nossos problemas, mas também somos representantes do povo. E uma declaração dessas nos deixa, sem sombra de dúvidas, a Bancada do PTB, completamente em situação difícil e desagradável.

Espero que não tenha partido de Vossa Excelência!

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Queria dizer a Vossa Excelência que a afirmação que fiz ontem à imprensa, foi que eu esperava que essa visita da Bancada do PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, à Brasília, para conversar com o Senador José Eduardo de Andrade Vieira, não se repetisse nesta viagem, o que havia ocorrido na segunda-feira anterior, quando o ex-Presidente do PTB, nosso colega, Deputado Nelson Justus, pegou o avião Citation I do Governo, que não me lembro agora o prefixo dessa aeronave, saiu do aeroporto do Bacacheri, foi à Maringá, pegou um passageiro, foi à Brasília e retornou para Curitiba na terça-feira, única e exclusivamente com este passageiro, para tratar do assunto da Presidência do PTB no Paraná. Eu disse que esperava, que não se repetisse essa prática que foi refeita na segunda-feira anterior.

Então, quero dizer que fico feliz, Deputado Rossoni, que a Bancada do PTB, conduzida por Vossa Excelência em aeronave particular às despesas de cada um dos Srs. Parlamentares. Fico feliz de saber que Vossa Excelência

foi coerente em relação ao seu discurso e ao seu pronunciamento nesta tarde.

As minhas palavras foram exatamente estas que dei à imprensa.

O SR. VALDIR ROSSONI - Gostaria que Vossa Excelência, quando se reportasse à Bancada do PTB, Vossa Excelência tivesse um pouco mais de cuidado, porque jamais Vossa Excelência vai ouvir de nossa parte, sem ter provas, qualquer insinuação quanto à Bancada do PMDB. Porque, por princípio, gostamos de respeitar o cidadão e os Parlamentares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, compareço, no dia de hoje, à tribuna, para que, atendendo o apelo de diversos companheiros lá da nossa região do Vale do Ivaí e até com a presença do nosso amigo Secretário Hermas Brandão, para fazer um apelo ao Governo do Estado do Paraná, para que adote medidas emergenciais, no que diz respeito à problemática que vem ocorrendo com a comercialização do algodão.

Todos somos testemunhas do espenho pessoal que teve o nosso companheiro Hermas Brandão, na implantação de um programa de recuperação da cotonicultura do Estado do Paraná; e esta programação surtiu efeitos mais visíveis no Vale do Ivaí, Londrê, municípios ali da nossa região, tradicionalmente plantadores de algodão.

O que estamos observando no presente momento, é que iniciada a colheita e prosseguida a colheita do algodão, os agricultores que se somaram a esta ação da Secretaria da Agricultura, liderada pelo Secretário Hermas Brandão, encontra, hoje, todos os tipos de problemas, todos os tipos de dificuldades para comercializar a sua safra, sendo que, na maioria dos casos, não encontram sequer preços estabelecidos para a comercialização do produto.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicito a Vossa Excelência, ao companheiro Hermas Brandão, que desenvolva as ações que se fizer necessário, em caráter emergencial, para que possamos normalizar, a nível de Estado do Paraná, principalmente a

nível de Vale do Ivaí, a comercialização da safra de algodão, que está sendo colhida neste momento.

Já vem, de certa forma, esta safra sendo prejudicada pela ocorrência de chuvas naquela região, por ocasião, agora, da colheita.

Então, acredito que se faz necessário um entendimento com as cooperativas, com as indústrias de descaroçamento de algodão, no sentido de que o preço seja estabelecido, no sentido de que possa haver a normalização da colheita de algodão e evidentemente da comercialização da safra, já que a maioria desses produtores se encontravam desestimulados em plantar algodão, mas em cima desse trabalho que fez o companheiro Hermas Brandão, os agricultores se colocaram a plantar algodão, e hoje, evidentemente, sofrendo com a falta de condições de comercializar a sua safra.

Peço também, ao nobre Presidente Anibal Khury, que me inscreva em Explicações Pessoais, porque pretendo ainda nesta Sessão de hoje, fazer alguns comentários acerca de insinuações feitas através dos jornais pelo nosso colega José Durval Amaral.

Peço para me inscrever em Explicações Pessoais, porque não é assunto de debater neste período da Sessão, por se tratar de coisas de caráter particular de cada um de nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ito Quintana.

SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Inicialmente, queria dizer que não gostaria de voltar ao assunto discutido anteriormente, com referência à Usina de Caxias. No entanto, algumas coisas precisam ser recolocadas nos seus devidos lugares.

Primeiro, essa discussão de Plenário teria sido completamente evitada, se a COPEL tivesse cumprido a sua exigência constitucional de receber as pessoas que se julgam prejudicadas com a construção da usina.

Não importa, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, se a comissão é representativa, não importa se tem outra, teria poupado até o próprio líder do Governo em vir à tribuna para dar explicações que a própria COPEL poderia ter dado, sem perder nenhum

pedaço, sem prejuízo nenhum, em respeito ao cidadão que está lesado.

Não concordo. Tenho lutas conjuntas com o Deputado Irineu Colombo, algumas delas também não compreendidas por grande parte da população, como é o caso da Estrada do Colono, mas a colocação de "picaretagem" em uma pessoa que esteja eventualmente junto ao movimento, jamais deveria ser dita, principalmente na boca de um Deputado do PT, que é defensor dos movimentos de base.

Por quê? Porque cabe a qualquer organismo, exatamente pela sua composição, expurgar os "picaretas". Tem "picareta" em toda parte, em todos os segmentos.

A inteligência na solução dos fatos, podemos constatar aquilo que é justo e aquilo que não é justo. Aquele que é sério e aquele que é "picareta". Mas, não é fechando a porta para o conjunto de todos, por uma eventual participação de um que tenha mais ou menos direitos, porque então estaremos negando o direito absoluto da maioria, por causa do movimento que possui uma pessoa que não tem direito.

Não seria necessário sequer uma comissão, Deputado Nereu Moura, se fosse para todos serem contemplados iguais.

Agora, existe uma comissão, existe um organismo que é a COPEL, que foi lá e se adonou do rio, da terra e da vida de cada um dos senhores, para discutir com cada um de vocês. Onde fica o prejuízo? E até onde pode ser esse prejuízo sanado?

Por isso que não quero levar para mais debate nesta Casa. O debate aqui não é salutar. Mas acho sim, que a Liderança do Governo, em respeito a esses homens que já vieram aqui duas vezes, marcasse uma audiência com a COPEL. Pura e simplesmente para que eles pudessem colocar os seus pontos de vista e ouvir oficialmente da COPEL qual o caminho a ser tomado. Se esse caminho é caminhar junto com a outra comissão, caminha-se junto. O que importa é que se respeite, na democracia, o direito de qualquer cidadão, e principalmente o direito de qualquer organização social, porque é ela que está cordando as injustiças do nosso país.

Por falar em injustiças do nosso país, mais um assunto polêmico, possivelmente seja tratado com muito mais profundidade em outros momentos, por-

que o nosso tempo não é suficiente. Mas quero, em nome da Bancada do PMDB, do PT e do PSN também, ler este manifesto, ou pelo menos tornar público nesta Casa a preocupação dos servidores, sem aumento salarial há mais de 930 dias, endereçado ao Sr. Governador, dizendo que hoje é o dia da mobilização de luta dos servidores estaduais da Secretaria de Agricultura, do SEMA, do IAPE, da FUNDEPAR, integrantes do Quadro Geral do Estado do Paraná. Aproximadamente, com famílias, são 250 mil pessoas.

Vejam bem, quando encerrou o Governo passado - é só buscar nos Anais da Casa - tramitava aqui nesta Casa, um projeto dando aumento ao Quadro Geral dos Servidores.

Ouvimos muitos discursos. Discursos acusando que no apagar das luzes do Governo que se encerrava, estava se dando um aumento mais do que devia, que o Governo ia recolher a Mensagem para fazer um estudo, e que este estudo fosse mais democrático, mais transparente, pudesse atender mais os servidores.

Pois bem. Três anos e meio se passaram e a Mensagem de aumento do Quadro Geral até hoje não está na Assembléia Legislativa.

(Aplausos)

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Sr. Presidente, PSN cede os 5 minutos semanais para o PMDB.

(Assentimento)

O SR. CAÍTO QUINTANA - Então, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, a folha de pagamento do Estado saltou consideravelmente. Temos consciência de que a folha pesa, hoje, no Orçamento do Estado, porém, temos consciência de quem está fazendo pesar esta folha, não é o Quadro Geral.

Um dos primeiros atos criados aqui nesta Assembléia Legislativa, foram aproximadamente 600 cargos de DAS, distribuídos sabe Deus como! Na sequência, houve gratificação para Secretários, houve aumentos de outras categorias que já ganhavam mais, e o Quadro Geral, que tem a necessidade de prestar 100% e não recebe os 100%. Tem cargo de comissão que trabalha 4, 5 horas, e recebe 100%, uma coisa que nunca entendi. O Quadro Geral não tem, mas tem a obrigação de levar o feijão e o arroz para a mesa de seus filhos,

todos os dias, com um salário de 180, 200, 300 reais por mês.

O Estado não pode continuar sonhando ao Quadro Geral o direito que ele tem.

Portanto, fica aqui a solidariedade dos nossos partidos e vamos voltar a essa discussão, na sequência, com mais abrangência, envolvendo as explicações na área do Governo, que possamos achar um denominador comum.

Para encerrar, Sr. Presidente, estou encaminhando a esta Casa um pedido para a nomeação de um Delegado Especial, para avaliar a questão da CIRETRAN de Barracão.

Tive a satisfação, no passado, de ter o companheiro, o amigo Cleto Mazzoco, como Chefe do CIRETRAN. Um rapaz, hoje com dificuldade de sobrevivência, Deputado Pessuti. Em contrapartida, no Município de Barracão, no último mês, fez mais carteira do que em Curitiba, abastecendo Rio Grande do Sul e Santa Catarina com carteira fria.

Portanto, é necessário que além do afastamento do chefe da CIRETRAN de Barracão, se nomeie um Delegado Especial, para poder, além de levantar a parte criminal, poder saber para quem, inabilitado, foi concedida carteira de motorista. Porque o mau motorista, aquele que paga para tirar uma carteira, é um assassino em potencial que está na rua, talvez amanhã, criando a desgraça de uma família.

Isso é muito mais sério do que pensamos. Por isso, gostaria do apoio desta Casa, para a nomeação de um Delegado Especial, que pode ser da região, mas que se pare com essa barbaridade, que num município que tenha, aproximadamente, hoje, 10 mil habitantes, se fazer em 2 meses, mais de 1000 carteiras de motorista.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Sr. Presidente, nobres pares, colegas Deputados. Ocupo a tribuna nesta tarde, para encaminhar ao Presidente da Assembléia Legislativa, um requerimento para que o nobre Deputado Anibal Khury solicite ao Banco do Estado do Paraná, a avaliação das propriedades que foram dadas em Dação de Pagamento ao Banco

to Estado do Paraná, isto em razão de denúncias inverídicas, levianas, de um homem que o Estado do Paraná aprendeu a conhecer.

(Pronunciamento interrompido por tumulto no Plenário, onde é agredido o Deputado Irineu Colombo)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos)

Sessão suspensa por 5 minutos.

Peço aos Srs. Deputados que se comportem neste Plenário.

Determino a prisão do agressor, e encaminhe-se à Delegacia de Polícia competente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a Sessão.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A negociação que fiz com o Banco do Estado do Paraná, em 1979, foi precedida de uma discussão judicial, foi feito um acordo, por escritura pública, com o Banco do Estado do Paraná. Foi feita uma auditoria completa em minhas contas, para que o Banco comprovasse o que eu estava alegando, de transferências indevidas e débitos indevidos que foram debitados em minha conta e os imóveis que foram dados em pagamento, foram feitos através de uma ampla avaliação, com critérios rigorosos.

Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, um imóvel que estava avaliado em 1 milhão e 200 mil reais, acabou sendo recebido pelo Banco do Estado do Paraná, por 648 mil reais. Apartamentos no Município de Caiobá, com 2 quartos, com suite, finamente mobiliados, foram recebidos pelo Banco do Estado do Paraná, por apenas 25 mil reais.

Efetivamente, não há o que esconder. Isso é público. Não havia nada para que fosse escondido, tanto é que foi feito e transacionado nos autos das ações que tinha contra o Banco, e o Banco contra mim.

Para se ter uma idéia do custo da operação: o custo de captação do Banco do Estado, corresponde a uma taxa menor que o CDI. o CDI, para quem não conhece, é o Certificado de Depósito Interbancário. Graças a um mix que o Banco do Estado faz com capita-

lização, com captação, acaba tendo um custo menor que o CDI. As dívidas que paguei junto ao Banco do Estado foram calculadas após os vencimentos. Correspondem a uma atualização de taxa por parte do Banco, a CDI mais 1%. Paguei CDI mais 1%.

Para se ter uma idéia, só a capitalização de 1% mais a CDI, equivale a uma remuneração/ano de 12,68%, só com 1% de capitalização.

No mínimo, o Banco lucrou com a operação, 12,68% ao ano, que é uma excelente rentabilidade, bem maior que o lucro do Sistema Financeiro como um todo.

Então, pergunto ao Senador Requião, onde está o favorecimento de pagar uma dívida acima do custo da instituição, inclusive estando o Banco obtendo um lucro com o negócio. O Banco do Estado do Paraná lucrou com os empréstimos, os avais que tinha, garantindo as dívidas. Porque na maioria das dívidas, respondia como devedor solidário, como avalista.

Pois bem, a dívida atualizada por CDI, mais 1% desde o seu início, equivale a 727 mil reais e 591 centavos. Paguei mais de 750 mil reais ao Banco do Estado do Paraná. Paguei mais do que o custo operacional do Banco.

Mas, além desse requerimento que estou encaminhando ao Presidente, para que ele peça essa auditoria feita em minhas contas, e também as avaliações procedidas pelo Banco do Estado do Paraná, estou apresentando, por falta de decoro parlamentar, contra o Deputado Luiz Claudio Romanelli, o requerimento:

(Lê): "I - No dia 14 de março de 1998, em discurso proferido na reunião do PMDB, na Cidade de Cambé/PR, nas dependências do Salão Comunitário do Bairro Cambé II, o requerido Deputado Luiz Claudio Romanelli, atuando com "animus difamandi", no franco propósito de incutir ressentimento na opinião pública, assacou expressões difamatórias contra o requerente, ao imputar que viu o mesmo fazendo "streap tease, além do que, após sujeitar-se às exigências do Governador Jaime Lerner, além de entregar o corpo, entregou a alma também".

II - Não obstante, o requerido ainda no propósito certo e determinado de denegrir o requerente, afirmou que "o mesmo mudou de classe social e subiu na vida, pois só usa terno importado de tecido italiano, cabelo engo-

mado, gravata bonita e que está com muito dinheiro, tornando-se vencedor, graças a maracutaías deste Governo".

III - Assim agindo, e por estar demonstrando o propósito claro de ofender e denegrir a reputação alheia, o requerido infringiu o disposto no § 1º do art. 239 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, razão porque se oferece a presente representação, requerendo-se seja a mesma recebida por esta Presidência, citando o requerido para que possa exercer o contraditório, e após a regular instrução, seja o mesmo considerado culpado e condenado a responder às sanções previstas neste Regimento Interno".

E isto vai instruir, inclusive, com a fita de videocassete, gravada naquele momento.

Com relação ainda à dívida no Banco do Estado do Paraná, diz o colunista Luiz Geraldo Mazza, em sua opinião, na "Folha de Londrina" de hoje:

"Chove, além das pesquisas, denúncias. Uma tenta provar que Lerner faz com Deputados do PMDB o mesmo que Fernando Henrique Cardoso, para cooptá-los.

Segundo ela (ela é o Requião), o Deputado Durval Amaral, agora na órbita oficial, teria pago uma dívida ao BANESTADO de mais de 2 milhões de reais, com 3 propriedades, que somadas, não ultrapassariam 748 mil reais. Bem, pelo menos pagou! Porque o que há na história do Banco, é Deputado que não paga a conta. É de estarrecer. De empresário, então, nem se fala. Fazem um ar indignado quando alguém tenta cobrar, como se a função de órgão estadual fosse exatamente esta: a de ser golpeado por dentro e por fora".

Ao final, quero afirmar o seguinte: não podia imaginar que o ex-Governador Roberto Requião tivesse tantos inimigos. Porque, Valdir Rossoni, chovem em meu gabinete telefonemas, manifestação de solidariedade e denúncias gravíssimas contra o ex-Governador Roberto Requião. Inclusive, de precatórios e outras tantas que terei o prazer de descrevê-las aqui, ao longo desse período. E dizer: não adianta o ex-Governador Roberto Requião ter imunidade parlamentar, não posso processá-lo por injúria, calúnia ou difamação. Não tem problema, nada me impede de entrar com uma ação de reparação de danos contra o Governador

Requião, que me acusou, levianamente, por danos morais.

Sem dúvida alguma, vai pesar muito no bolso do Senador Requião. E aquilo que ele tem colocado sabe lá Deus aonde, ele vai ter que desovar, para poder pagar essa indenização.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Claudio Rosnelli - Me permite um aparte?

O SR. DURVAL AMARAL - Não cabe aparte!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não é permitido aparte. Vossa Excelência pode falar em Explicações Pessoais.

Com a palavra, no Grande Expediente, Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, quero registrar a presença dos nossos companheiros de Campo Mourão, os Vereadores Losano, Branco e Juvenal, e subindo a esta tribuna, Sr. Presidente, queria aqui, hoje, agradecer e fazer um comentário a respeito do pólo de indústrias de alimentos do Município de Campo Mourão.

Quando aqui entramos com o pedido para assegurar para Campo Mourão, em março de 1995, inclusive com o apoio dos Srs. Parlamentares, o Governador sancionou a lei, e na semana retrasada, recebemos a visita do Governador em Campo Mourão, para dar a aula inaugural na Faculdade de Ciências e Letras da FECTILCAM, quando foi liberado para Campo Mourão, por causa deste projeto, o segundo curso do Brasil. Só existe em São Paulo, na Cidade de São Carlos.

Com a aprovação deste projeto, com o pólo da indústria de alimentos, sendo a vocação da nossa Região Centro-Oeste do Estado do Paraná, que é a agricultura, veio esse curso, e agora, o Governador foi a Campo Mourão e deu esta aula inaugural. Uma aula que nos surpreendeu, pela forma, pelo posicionamento demonstrado, pela competência do Governador Jaime Lerner.

Ali, não só os professores, mas também os alunos, empresários, prefeitos, vereadores, puderam participar de um momento importante, de uma solenidade deste segundo curso que foi implantado em Campo Mourão.



E Campo Mourão, como é uma área totalmente agrícola, entramos com este projeto, exemplo da maior cooperativa que temos lá, que é a Cooperativa Mourãoense, que é a COAMO, exemplo, Deputado Pessuti, da diversificação da pequena propriedade, porque não adianta fazer a diversificação da pequena propriedade se não tiver a indústria junto, para transformar a matéria-prima, industrializando.

Por exemplo, o Município de Iretama, com o ex-Prefeito Veriano, o ex-Prefeito Samer, eles fizeram um programa de diversificação. Se fez o plantio de pêssego. Iretama, no seu aniversário, comemorava a grande vitória do agricultor, que foi a colheita do pêssego. No primeiro ano, se perdeu 100 mil quilos de pêssegos, no segundo ano, 200 mil quilos de pêssegos. Por quê? Porque não tem a indústria junto.

É por isso que apresentamos esse projeto e foi sancionado pelo Governador. Porque aí, o agricultor vai ter preço, o agricultor não vai precisar vender a "preço de banana" o seu pêssego, ou ter que jogar fora. A indústria vai comprar o seu produto para industrializá-lo, para enlatá-lo ou colocá-lo em vidro, para que seja vendido não só no Estado do Paraná, mas no Brasil, e também, por que não, exportar esses produtos.

É por isso, que sem sombra de dúvidas, com o apoio do Governo do Estado do Paraná, com uma nova visão na industrialização do Estado, com uma nova visão de geração de emprego e distribuição de renda, com uma nova visão para que o Governo possa dar salários melhores aos servidores, porque é preciso investir hoje, para que tenhamos futuro no dia de amanhã. Porque não adianta na conversa, não adianta fazermos o comentário: não existe futuro sem passado, e não existe futuro sem o presente, e o presente está sendo feito pelo Governador, para que tenhamos futuro no dia de amanhã.

Temos as indústrias que já são instaladas no Estado do Paraná, e a região de Campo Mourão não vai ser diferente, porque não vamos comprar alimentos de São Paulo, de Santa Catarina, do Rio Grande, nem de Goiás e nem de outros Estados. É aqui que vão ser industrializados, porque a vocação da região é a nossa agricultura. Se ajudarmos a agricultura, estaremos ajudando os empresários, estaremos

ajudando e resolvendo um problema que é o problema do desemprego.

Era isso, Sr. Presidente, que queríamos registrar nesta tarde.

Para concluir, uso o horário do Pequeno Expediente.

A nossa região, com a visita do Governador - 100 milhões, em 3 anos do Governo Jaime Lerner investidos na região de Campo Mourão. Governador, que poderíamos hoje até dizer que o seu título eleitoral, como aqueles que afirmam que ele não é Governador do interior, com tantas obras.

Temos aqui, Vereadores de Barbosa Ferraz, e das obras que são feitas em Barbosa Ferraz, hoje, o Coneliano, o Jarbas, que estão aqui hoje, os Vereadores de Campo Mourão, que são as testemunhas dos grandes projetos do Governo do Estado do Paraná, na Região Centro Oeste do Estado do Paraná.

Por isso, a forma, a recompensa de um povo que vê num cidadão, num homem honrado, como o Jaime Lerner, podemos dizer aqui, hoje, que vimos uma pesquisa aonde o Governador Jaime Lerner tem hoje 65% das intenções de votos na nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pala-Ordem) - Infelizmente, Excelência, os horários das lideranças e os outros horários já estão preenchidos.

Gostaria, na verdade, de fazer o seguinte: vamos debater esta questão, Deputado Durval Amaral, amplamente, no dia de amanhã.

Gostaria de reabrir esta discussão, Excelência, porque se for para eu ser processado por expressar a minha opinião sobre alguém que traiu o compromisso que assumiu em praça pública, gostaria de ser. Mas, fundamentalmente, Excelência, fico pensando quando olho - hoje, ainda olhava o leilão que o BANESTADO vai fazer, de tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas, dos agricultores que tiveram os seus bens arrestados, e o que pensa o Deputado Durval Amaral.

Então, gostaria, Excelência, de ser inscrito amanhã, no Grande Expediente, para discutir esta matéria, que é a confissão de dívida de 2 milhões de reais, que o Deputado Durval Amaral fez. Quería que Vossa Excelência me inscrevesse para o dia de amanhã, Excelência.



O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, quero usar aqui, por uma Questão de Ordem, apenas para fazer um desagravo ao Deputado Irineu Colombo, porque ninguém das pessoas que aqui estavam, os agricultores, os comerciantes, aprovaram a atitude da pessoa que acabou agredindo o Deputado Irineu Colombo, muito embora todos não concordemos com o que o Deputado Irineu Colombo falou aqui.

É evidente que queremos fazer um desagravo, em nome da população lá do Sudoeste e do Oeste do Paraná, porque achamos que qualquer Deputado tem o direito de se manifestar dentro deste Plenário, sem que haja a reação ou a agressão de quem quer que seja.

E Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury, procedeu correto e tem o nosso inteiro respaldo pela atitude enérgica que Vossa Excelência tomou, no sentido de resguardar a integridade dos Srs. Parlamentares.

Falo aqui, reiterando, muito embora discordando da posição do Deputado Irineu Colombo, queremos fazer aqui um desagravo à sua pessoa, pela agressão da qual foi vítima aqui no Plenário da Assembléia.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem) - Sr. Presidente, quando fiz uso da tribuna, não trouxe ao conhecimento desta Casa uma denúncia que considero gravíssima, porque até gostaria de contribuir para que houvesse um entendimento entre as pessoas aqui, que se dizem representantes daquela região, e que foram excluídas.

Mas, quero fazer uma denúncia neste instante: pessoas que estavam sentadas naquela tribuna, duas pessoas, me procuraram e disseram que estavam vindo aqui porque estavam sendo ameaçadas de agressão.

Acredito que a questão é séria, é gravíssima e vamos pedir ao Presidente da COPEL que tenha todo cuidado para tratar esta questão, porque pelo que vimos aqui, está se consumando o que me denunciaram as pessoas que fazem parte deste grupo e estão sendo ameaçadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente, solicitando o uso do Plenário desta Casa no dia 19 do corrente mês, a partir das 17 horas, para realização de debate com o candidato à Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva. Deferido.

Expediente nº 070/98, subscrito pelo Sr. Deputado Milton Puppio, constante do expediente, comunicando que está reassumindo o cargo de Deputado Estadual, a partir da data do dia 10 do corrente mês, do qual estava afastado por motivo de tratamento de saúde. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente nº 111/98, subscrito pelo Sr. Deputado Nelson Justus, comunicando que na data de hoje, dia 17, está reassumindo sua cadeira de Deputado Estadual, nesta Casa de Leis. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ambos os Deputados estão dispensados do juramento, por já tê-los feito na ocasião da Sua posse. Considerem-se empossados novamente, Deputado Milton Puppio e Deputado Nelson Justus.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Milton Puppio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Estão inscritos para falar em Explicações Pessoais, os Deputados Orlando Pessuti e Durval Amaral.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/97, de autoria do Deputado

Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação da Promoção Humana e Pastoral da Criança, com sede e foro no Município de Cidade Gaúcha. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação Flávia Cristina, com sede e foro em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. ANEXO O PROJETO DE LEI Nº 746/97. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação Educacional Vigilantes Mirins de Alto Paraná, com sede e foro no Município de Alto Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 520/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que autoriza do Poder Executivo a criar a CIRETRAN - Circunscrição Nacional de Trânsito, no Município de Sarandi. SEM PARECERES. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos Jardim Buenos Aires, São Miguel, Botiatuba e adjacências, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do Art. 1º da Lei nº 7.240, de 24 de outubro de 1979, que declarou de Utilidade Pública o Lar e Creche São Vicente de Paulo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 294, de autoria do Sr. Deputado Malmor

Trentini, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 295 e 296, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 283, de autoria do Sr. Deputado Caio Quintana, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 278 a 281, de autoria do Sr. Deputado César Seleme; constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 284 e 285, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 291 a 293, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 231, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente da Sessão anterior. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

5 Srs. Deputados aprovam; 21 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quórum para votação.

**Explicações Pessoais:**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

É evidente que não era desejo nosso ter que vir à tribuna da Assem-

bléia para debatermos e discutirmos sobre assunto que, tenho certeza, pouco tem a ver com o dia-a-dia desta casa, e que diz respeito, evidentemente, à minha vida pessoal e aos negócios pessoais que tenho desenvolvido ao longo da minha vida.

Já, por mais de uma vez, a imprensa do Paraná insinuou que este Parlamentar é devedor do BANESTADO de soma altíssima, ultrapassando a casa de 1 milhão de reais; outras vezes falando em 2 milhões e reais; mas em todas as vezes que a imprensa trouxe esse tipo de insinuação, em nenhum momento alguém se colocava como patrocinador dessa afirmação.

No dia de hoje, a imprensa, os jornais do Paraná, em especial o Jornal "Folha do Paraná", "Folha de Londrina", traz afirmação do Deputado José Durval Mattos Amaral, de que somos devedor, ou que fomos beneficiados pelo Banco do Estado do Paraná, numa quitação de dívida que existia em nosso nome.

É necessário que se esclareça, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que essa dívida a qual se refere o Deputado Durval Amaral, ela existiu, mas em nenhum momento essa dívida pertencia a este Parlamentar. Nos anos 90, 91, não sei precisar corretamente, atendendo uma solicitação da gerência do BANESTADO de Ivaiporã e de diretores do BANESTADO de Curitiba, que não sei agora também precisar o nome deles, porque foram diversos com quem conversamos, entendeu-se que uma operação de responsabilidade com o ex-Prefeito de Ivaiporã, Antônio da Paz Rosa Filho e de suas empresas, Comércio de Cereais e Algodão Vale do Ivaí, Comércio de Madeiras, que uma parte das dívidas existentes em nome dessas empresas e de responsabilidade do ex-Prefeito Antônio da Paz Rosa Filho, fossem feitas em nosso nome, porque não existia limite mais que permitisse renovar, alongar as dívidas pertencentes àquela pessoa.

Naquela oportunidade, acabamos consentindo para que a gerente de Ivaiporã, e conseqüentemente os diretores do Banco, não viessem a ser punidos.

O que é importante dizer, porque o Deputado Durval Amaral, não se por que razões, já que sempre o tratei com respeito, com o devido decoro parlamentar, estive em sua cidade, e nenhuma acusação fiz à sua pessoa, nenhum

desmerecimento enderecei à sua atitude, embora não concorde com a mesma, mas me reservei a tecer comentários acerca do lançamento da candidatura do Gilberto Martini, a tecer comentários da história da minha família, que há 50 anos chegou à Cambé, o Deputado Durval Amaral, irado que está com o Senador Roberto Requião, a quem serviu como Secretário de Estado, irado que está com o nosso colega Luiz Claudio Romanelli, vá aos jornais tentando justificar a forma como acertou as suas contas, tentando colocar mancha, dúvida, fazendo acusações a respeito da nossa vida, como correntista do Banco do Estado do Paraná.

A dívida foi feita em nosso nome, inicialmente avalizada pelo Antônio da Paz Rosa Filho e pelas suas empresas, posteriormente renovada no ano de 91 com o Deputado Basílio Zanusso avalizando, posteriormente uma renegociação para ser paga em madeira, oriunda da Madeireira da Paz Ltda., com sede em Aripuanã, e de propriedade até hoje do ex-Prefeito Antônio da Paz Rosa Filho e posteriormente, numa nova operação que foi feita no BANESTADO, o Banco do Estado do Paraná, financiou a Algodoeira Centro-Oeste - ALGOCEN, de Ivaiporã, de propriedade também de Antônio da Paz Rosa Filho, renovou as garantias e com os recursos obtidos naquela ocasião, a dívida que estava em nosso nome, que não era nossa, mas que estava em nosso nome, foi essa dívida quitada não no Governo de Roberto Requião.

Por isso, a afirmação que faz não é verdadeira, é caluniosa, foi durante o Governo de Mário Pereira, porque a quitação ocorreu, se não me falha a memória, em julho de 1994, quando Requião já havia se desincompatibilizado.

Inclusive, é bom que se diga aqui, a serviço da verdade, que o Governador Roberto Requião se decusou, em muitas oportunidades, mesmo a meu pedido, de suspender as execuções que fazia contra CCA - Comércio de Cereais e Algodão, contra a VALECAM e contra a pessoa de Orlando Pessuti, que teve todos os seus bens penhorados, inclusive o veículo da minha esposa e o quase um alqueire de terra que tenho lá em Jardim Alegre, oriundo do inventário da minha falecida mãe, e que me coube na partilha do inventário realizado pelo meu saudoso pai.

Todos os meus bens foram penhorados. Sofri execução durante o Governo de Roberto Requião, e o Deputado Anibal Khury é testemunha disso, porque muitas vezes fui a ele desafogar, até porque não dizer, as minhas mágoas, de não poder receber naquele momento, do Governo do Estado, uma dilação, uma sustação da execução que pesava sobre minha pessoa, de uma dívida que não era minha, e que apenas como companheiro e amigo, e por sugestão da gerência do BANESTADO de Ivai-porã, entre os diretores do Banco, aqui em Curitiba, que fizesse em meu nome e que pudesse a ela ser acrescentadas garantias pessoais das minhas propriedades.

Então, quero aqui lamentar, Sr. Presidente, que o Deputado Durval Amaral, nessa sua intriga com o Senador Requião ou com o Deputado Romanelli, venha à imprensa afirmar coisa que não é verdade, que é mentira, venha à imprensa caluniar a nossa pessoa, venha à imprensa imputar coisas que não são verdadeiras!

É por isso que venho à tribuna hoje, para dizer que lamento profundamente que uma pessoa que sempre recebeu da minha parte todo respeito, toda admiração, tendo recebido deste Parlamentar todas as indicações para os cargos que pleiteou nesta Casa e cuja indicação era de responsabilidade da Liderança do PMDB. E que vem agora, ao tentar lavar a sua situação, ao tentar limpar aquilo que hoje se apresenta como irregularidade nas suas negociações com o Banco, venha tentar manchar a nossa imagem, a nossa história de correntista, a nossa história de Parlamentar nesta Casa.

Faço este desabafo e pedi que fosse em Explicações Pessoais sim, Sr. Presidente, porque se trata de um assunto de caráter pessoal e que de maneira alguma deve ser explorado pelo Deputado Durval Amaral ou por quem quer que seja, nas brigas e nas disputas políticas que cada um de nós tem! Porque em nenhum momento, mesmo sabendo da situação difícil que passa este ou aquele Parlamentar, mesmo sabendo de execuções que este ou aquele Parlamentar possam estar sofrendo, ninguém nunca ouviu da boca deste Parlamentar, nestes 15 anos que estou aqui nesta Casa, qualquer insinuação, qualquer ato de desrespeito, qualquer falta de consideração por aquilo que possa estar passando esta ou aquela pessoa.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Durval Amaral com a palavra.

O SR. DURVAL AMARAL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Deputado Orlando Pessuti.

Lamento que a discussão tome um campo puramente pessoal. A sua ida ao Município de Cambé, ao lado dos Deputados Romanelli e Toti Colaço e ao lado do Senador Requião, poderia ter sido uma ida de cavalheiros. Infelizmente isso não sucedeu, foram para o lado pessoal. Infelizmente entendo a sua dor, porque por ela também passei, tendo em vista que quitei todos os meus financiamentos e meus empréstimos.

Tenho e sempre tive o maior respeito por Vossa Excelência. A minha dívida não foi transferida para terceiros, como devedor principal, devia ao Banco 75 mil reais, o restante era de aval, paguei em nome de terceiros, inclusive que deviam ao Banco, assumi toda a responsabilidade.

Lamento que se queira tripudiar em cima de problemas pessoais que todos nós, Parlamentares, enfrentamos no nosso dia-a-dia. Seria de boa conduta que todos nós, em momento algum, partíssemos para o lado pessoal. Infelizmente, algumas pessoas insanas, maldosas, tentam tripudiar, tentam enlamear pessoas de bem e de integridade.

Fiz esta manifestação só para dizer que conhecemos a realidade de cada um. Conheço a realidade e sei que jamais deveríamos ir para o campo pessoal, mas se quiserem, vamos discutir no campo pessoal, se quiserem, vamos discutir no campo das idéias, se quiserem vamos discutir no campo ideológico. Estou preparado, sou um guerreiro! Se é para brigar, vamos brigar e com toda certeza perderá muito mais o Senador Requião, porque não estou disputando o Governo do Estado. Sou apenas um candidato a Deputado Estadual, mas se ele quer usar da arma, diga qual é que usarei da mesma força, porque a toda ação corresponde uma ação em sentido contrário, com a mesma intensidade. E tenho certeza que ele perderá muito mais. Ele e alguns que estejam apaniguados pelo Senador Roberto Requião.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) -

Só para concluir este assunto, e esperando não ter que voltar nele no dia de amanhã ou qualquer outra ocasião.

O Deputado Durval Amaral foi à tribuna e disse que estão tentando levar isso para o campo pessoal. Quero dizer que em nenhum momento iniciei esta conversação. Vossa Excelência tem o relato dos seus companheiros, do que aconteceu na sua cidade. Se alguém, faltou com respeito e tentou atingir pessoalmente alguma pessoa, esse alguém foi Vossa Excelência em direção a nossa pessoa. Porque da nossa parte, nunca ninguém pode afirmar, em tempo algum, que tenha ouvido qualquer referência deste Parlamentar às questões de interesse da sua pessoa, do Senador Requião ou do Deputado Romanelli.

Então, quem feriu os brios pessoais, quem entrou no campo pessoal da discussão do assunto, não foi este Parlamentar, mas sim Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Excelência, acho lamentável esse episódio todo. E quando estive na Cidade de Cambé, Deputado Durval Amaral, não fui lá levar escritura pública, ao contrário, foi em Cambé que recebemos cópias da escritura pública, da confissão da dívida.

Não entro nesse campo, aliás, tem outras, como Vossa Excelência bem sabe, outra série de denúncias. Não entro na vida pessoal de ninguém e não falo sobre isso.

O que disse, a crítica que fiz a Vossa Excelência, e aí, me permite Excelência, de poder fazê-la com a maior lealdade, e lhe fiz pessoalmente, quando utilizei a expressão: fez um "streap tease político", não é no sentido de que Vossa Excelência foi tirar a roupa para o Governador Jaime Lerner, é claro.

Conheço Vossa Excelência da juventude do MDB, da história política que Vossa Excelência tem, da sua passagem pelos nossos Governos: do Governo Álvaro Dias, Roberto Requião, quando o senhor foi Secretário, Deputado Estadual, sua história pessoal. Vossa Excelência há de convir, e quando faço a crítica, a entrega de corpo que digo é o seguinte: o corpo no padrão de vida que têm os atuais dirigentes do Paraná. É um outro padrão.

Vossa Excelência foi Secretário do nosso Governo, nunca usou terno e

gravata, usava botina, calça jeans e camisa de manga curta. Era assim que Vossa Excelência despachava como Secretário de Estado. Vossa Excelência sabe que no Palácio, hoje, só se entra de terno e gravata e muito bem arrumado. Porque se for mal arrumado no Palácio, se sente mal. É claro que a gente se sente mal quando vai num lugar aonde visivelmente as pessoas estão vestidas num outro padrão. O padrão que se veste no Palácio Iguaçu é da burguesia curitibana. E nesse ponto, Vossa Excelência segue neste mandato, os padrões ditados pela burguesia curitibana.

Com relação à alma, quando me refiro à entrega da alma, Vossa Excelência sabe que me refiro à transigência que Vossa Excelência fez com os velhos ideais do MDB. Das suas posições, Deputado Durval Amaral, que conheço bem: ideológicas. Vossa Excelência não é um liberal, não é um prefelesta, não é uma pessoa que tenha posições, que transgridam em relação a esse momento que estamos vivendo. Conheço as suas posições ideológicas.

Então, certamente, quando digo que Vossa Excelência entregou a alma, porque ditado pelas pressões políticas da sua base municipalista. Vossa Excelência, politicamente se entregou ao Governo.

Quero dizer a Vossa Excelência, que da minha parte, nenhum ataque pessoal. É uma análise política num contexto de uma reunião partidária, feita com companheiros e companheiras. E muitos que eram os seus companheiros, divergem hoje, politicamente, de Vossa Excelência, justamente pela postura que Vossa Excelência adotou.

Sr. Presidente, creio que explico aqui, claramente, as minhas posições, porque da minha parte, posso sim, tenho direito, como Parlamentar, mas sobretudo, como antigo companheiro seu, de tecer sim, críticas politicamente duras, mesmo que seja desagradável para nós, mas faço não no caráter pessoal, mas para que se registre a minha posição politicamente e a minha frustração e Vossa Excelência sabe disso, no momento que Vossa Excelência deixou nosso PMDB e foi abraçar o novo partido, que é o PFL.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção, Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, a hora regimental, com a seguinte

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 401/96, 343, 669, 706, 742 e 744/97 e 004/98.

ORDEM DO DIA:

levanta-se a sessão.